

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.962.381.424
Preferenciais	0
Total	2.962.381.424
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.384.886	2.368.004
1.01	Ativo Circulante	616.476	616.608
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	511.651	476.497
1.01.02	Aplicações Financeiras	49.210	92.481
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	49.210	92.481
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	42.011	59.966
1.01.02.01.04	Aplicações financeiras vinculadas	7.199	32.515
1.01.03	Contas a Receber	36.476	31.318
1.01.03.01	Clientes	36.476	31.317
1.01.03.01.01	Contas a receber	36.476	31.317
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	0	1
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.176	11.540
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.176	11.540
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.893	11.540
1.01.06.01.02	Antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre lucros	283	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.524	3.418
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	2.524	3.418
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.439	1.354
1.01.08.03	Outros	1.439	1.354
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedor	5	4
1.01.08.03.02	Outros Créditos	1.434	1.350
1.02	Ativo Não Circulante	1.768.410	1.751.396
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	189.864	189.643
1.02.01.04	Contas a Receber	1.614	1.223
1.02.01.04.02	Outras contas a receber	1.614	1.223
1.02.01.07	Tributos Diferidos	152.136	152.136
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	152.136	152.136
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	4.637	4.805
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	31.477	31.479
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	17.692	17.694
1.02.01.10.05	Adiantamentos a fornecedor	13.785	13.785
1.02.03	Imobilizado	27.156	19.371
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.498	6.949
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	20.658	12.422
1.02.04	Intangível	1.551.390	1.542.382
1.02.04.01	Intangíveis	1.551.390	1.542.382
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.488.621	1.348.495
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	62.769	193.887

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.384.886	2.368.004
2.01	Passivo Circulante	178.607	220.656
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.945	9.739
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.945	9.739
2.01.02	Fornecedores	25.110	32.560
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.110	32.560
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	25.110	32.560
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.591	8.773
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.591	8.773
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	66
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	8.591	8.707
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	65.770	17.202
2.01.04.02	Debêntures	65.770	17.202
2.01.05	Outras Obrigações	41.049	43.396
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.649	6.599
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.649	6.599
2.01.05.02	Outros	37.400	36.797
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	15.816	15.202
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	9.792	6.467
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.746	1.698
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	10.046	13.430
2.01.06	Provisões	27.142	108.986
2.01.06.02	Outras Provisões	27.142	108.986
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	27.142	31.040
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	0	77.946
2.02	Passivo Não Circulante	1.329.678	1.270.331
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.056.211	1.094.322
2.02.01.02	Debêntures	1.056.211	1.094.322
2.02.02	Outras Obrigações	147.391	131.663
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	127.630	124.000
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	127.630	124.000
2.02.02.02	Outros	19.761	7.663
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	7.786	7.146
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	11.975	517
2.02.04	Provisões	126.076	44.346
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.555	4.062
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	2.555	4.062
2.02.04.02	Outras Provisões	123.521	40.284
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	35.765	34.420
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	87.756	5.864
2.03	Patrimônio Líquido	876.601	877.017
2.03.01	Capital Social Realizado	1.733.585	1.733.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-856.984	-856.568

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	180.406	182.056
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	133.001	119.814
3.01.02	Receitas de serviços de construção	47.405	62.242
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-139.707	-146.599
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-92.302	-84.357
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-47.405	-62.242
3.03	Resultado Bruto	40.699	35.457
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.008	-6.425
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.390	-6.861
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-8.339	-6.443
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	-51	-418
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	382	436
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.691	29.032
3.06	Resultado Financeiro	-33.107	-22.607
3.06.01	Receitas Financeiras	17.368	19.413
3.06.01.01	Receitas Financeiras	17.368	19.413
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.475	-42.020
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-50.475	-42.020
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-416	6.425
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-416	6.425
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-416	6.425
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0001	0,0022

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-416	6.425
4.03	Resultado Abrangente do Período	-416	6.425

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	48.952	31.741
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	109.020	95.127
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do período	-416	6.425
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	49.467	44.899
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	51	418
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	6	0
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-764	-502
6.01.01.10	Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debêntures privadas	4.270	3.387
6.01.01.12	Juros e variações monetárias sobre debêntures	43.061	35.040
6.01.01.14	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	2.094	-1.931
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	1.369	1.407
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	32	26
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	9.850	5.958
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-60.068	-63.386
6.01.02.01	Contas a receber	-5.601	-3.292
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	1	139
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.062	1.223
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-3.060	-2.640
6.01.02.06	Outros créditos	-84	-121
6.01.02.07	Depósitos judiciais	2	-471
6.01.02.09	Fornecedores	-4.945	-2.658
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-1.931	-1.483
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	53	422
6.01.02.12	Obrigações sociais	1.206	363
6.01.02.13	Obrigações fiscais	673	1.267
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-66	0
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	48	43
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-2.908	-1.129
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-13.583	-18.894
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	714	722
6.01.02.19	Pagamento de juros	-34.974	-33.018
6.01.02.20	Outras contas a pagar	3.325	-3.859
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.780	-155.459
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-53.239	-69.005
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	-9.258	-14.168
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	34.762	25.999
6.02.10	Aplicação financeira	17.955	-98.285
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.018	-3.754
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-4.018	-3.754
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	35.154	-127.472
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	476.497	544.238
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	511.651	416.766

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.733.585	0	0	-856.568	0	877.017
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.733.585	0	0	-856.568	0	877.017
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-416	0	-416
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-416	0	-416
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.733.585	0	0	-856.984	0	876.601

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.425	0	6.425
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.425	0	6.425
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.733.585	0	0	-818.065	0	915.520

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	194.840	197.213
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	139.742	125.804
7.01.02	Outras Receitas	55.098	71.409
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	47.405	62.242
7.01.02.02	Outras receitas	6.037	5.566
7.01.02.03	Juros Capitalizados	1.656	3.601
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-84.046	-95.861
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.539	-12.526
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.031	-6.114
7.02.04	Outros	-66.476	-77.221
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-47.405	-62.242
7.02.04.02	Custos da Concessão	-6.659	-6.684
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-9.850	-5.958
7.02.04.04	Outros	-2.562	-2.337
7.03	Valor Adicionado Bruto	110.794	101.352
7.04	Retenções	-49.467	-44.899
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.467	-44.899
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	61.327	56.453
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.368	19.413
7.06.02	Receitas Financeiras	17.368	19.413
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	78.695	75.866
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	78.695	75.866
7.08.01	Pessoal	14.687	12.730
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.987	9.364
7.08.01.02	Benefícios	3.097	2.774
7.08.01.03	F.G.T.S.	603	592
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.382	11.142
7.08.02.01	Federais	5.372	4.841
7.08.02.02	Estaduais	3	2
7.08.02.03	Municipais	7.007	6.299
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.042	42.182
7.08.03.01	Juros	43.061	35.040
7.08.03.02	Aluguéis	-21	6
7.08.03.03	Outras	9.002	7.136
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Debêntures	1.656	3.601
7.08.03.03.04	Outras	3.076	3.535
7.08.03.03.05	Juros - Debêntures privadas	4.270	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-416	6.425
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-416	6.425
7.08.05	Outros	0	3.387
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas	0	3.387

Comentário do Desempenho



Release de Resultados 1T25

Pouso Alegre, 15 de maio de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fernão Dias S.A. (“Companhia” ou “Arteris”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao primeiro trimestre de 2025 (“1T25”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”) sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 31 de março de 2025.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **7,4%** no tráfego no 1T25, com **46,6 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **71,4%** do tráfego representado por veículos pesados e **28,6%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 139,7 milhões** no 1T25, com crescimento de **11,1%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 92,0 milhões**, acréscimo de **15,2%**, com uma margem de **69,2%**, evolução de **2,5** pontos percentuais.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T25	1T24	Δ%
Total	46.571	43.372	7,4%
Leves	13.337	13.306	0,2%
Pesados	33.234	30.067	10,5%

A Fernão Dias registrou 46,6 milhões de veículos equivalentes no 1T25, aumento de 7,4% em comparação ao mesmo período no ano anterior. O *mix* de veículos foi de 71,4% para os pesados e 28,6% para os leves.

O fluxo de veículos leves foi impulsionado por eventos regionais e volta das festas de fim do ano. No segmento de pesados, a cobrança de eixos suspensos desde maio de 2024 e o crescimento da indústria extrativa, especialmente de minério de ferro e cobre, contribuíram para o aumento do tráfego. As exportações de café também se mantiveram em alta.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	1T25	1T24	Δ%
Tarifa Média	3,00	2,90	3,5%

A tarifa média no 1T25 foi de R\$ 3,00, um aumento de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Receita Bruta	192.795	193.175	(0,2%)
Receitas de pedágio	139.742	125.804	11,1%
Receitas de construção	47.405	62.242	(23,8%)
Outras Receitas	5.648	5.129	10,1%
Deduções	(12.389)	(11.119)	11,4%

Comentário do Desempenho



Receita Operacional Líquida	180.406	182.056	(0,9%)
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	133.001	119.814	11,0%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio, no 1T25, totalizou R\$ 139,7 milhões, representando um crescimento de 11,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários previstos em contrato e a variação do tráfego na rodovia administrada pela Companhia.

Receitas de Construção

As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 47,4 milhões no 1T25, uma redução de 23,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As receitas acessórias registraram R\$ 5,6 milhões no 1T25, um aumento de 10,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(40.993)	(39.925)	2,7%
Pessoal	(14.688)	(12.728)	15,4%
Conservação	(4.930)	(4.585)	7,5%
Serviços de terceiros	(7.321)	(8.787)	(16,7%)
Seguros e garantias	(1.393)	(1.557)	(10,5%)
Verba de fiscalização	(5.237)	(4.993)	4,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.369)	(1.407)	(2,7%)
Outros	(6.055)	(5.868)	3,2%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(106.722)	(113.099)	(5,6%)
Prov. para redução ao valor recuperável	-	-	-
Custo dos serviços de construção	(47.405)	(62.242)	(23,8%)
Prov. p/ manutenção em rodovias	(9.850)	(5.958)	65,3%
Depreciação e amortização	(49.467)	(44.899)	10,2%
Custos e Despesas Operacionais	(147.715)	(153.024)	(3,5%)

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 147,7 milhões no 1T25, diminuição de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 41,0 milhões, aumento de 2,7% em comparação ao período anterior.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(416)	6.425	(106,5%)
(+) Depreciação e Amortização	49.467	44.899	10,2%
(+) Resultado Financeiro	33.107	22.607	46,4%
(+) IR e CSLL	-	-	-
EBITDA¹	82.158	73.931	11,1%
<i>Margem EBITDA²</i>	<i>61,8%</i>	<i>61,7%</i>	<i>0,1 p.p.</i>
(+) Prov. para Manut. De Rodovias	9.850	5.958	65,3%
(+) Prov para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
EBITDA Ajustado³	92.008	79.889	15,2%
<i>Margem EBITDA Ajustada³</i>	<i>69,2%</i>	<i>66,7%</i>	<i>2,5 p.p.</i>

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA da Companhia, no 1T25, apresentou valor de R\$ 82,2 milhões, com variação de 11,1% e margem de 61,8%.

O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R\$ 92,0 milhões no 1T25, com crescimento de 15,2% e margem ajustada de 69,2%.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Depreciação e Amortização	49.467	44.899	10,2%

A conta de depreciação e amortização da Companhia somou, no 1T25, o valor de R\$ 49,5 milhões, um aumento de 10,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Resultado Financeiro	(33.107)	(22.607)	46,4%
Receitas financeiras	17.368	19.413	(10,5%)
Despesas financeiras	(50.475)	(42.020)	20,1%

Comentário do Desempenho



O resultado financeiro contabilizado pela Fernão Dias foi de uma despesa financeira de R\$ 33,1 milhões no 1T25, um aumento de 46,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

IR e CSLL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
IR e CSLL	-	-	-
Corrente	-	-	-
Diferido	-	-	-

A Companhia não apresentou saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social para o 1T25 e 1T24.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Resultado Líquido	(416)	6.425	(106,5%)

O Resultado Líquido registrado pela Companhia no 1T25 foi de um prejuízo no valor de R\$ 0,4 milhão, queda de 106,5% comparado ao mesmo período no ano anterior.

ENDIVIDAMENTO

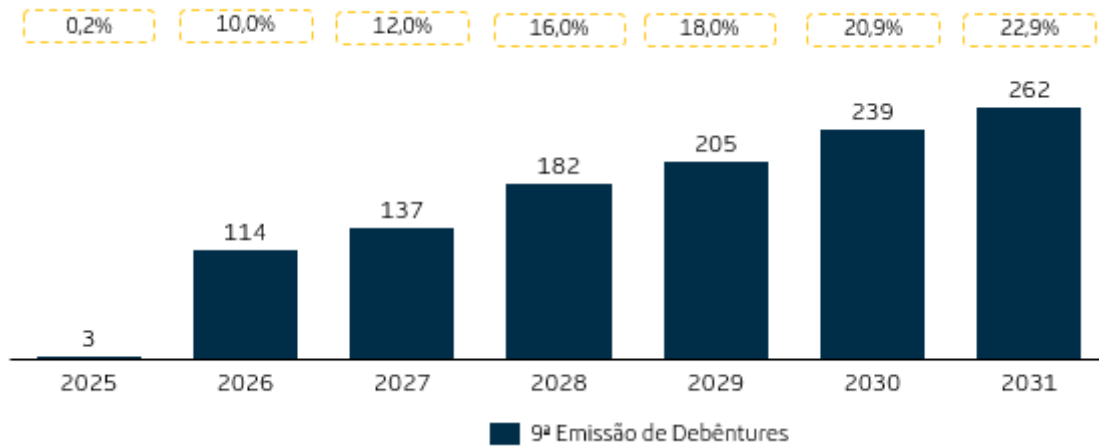
R\$ mil	1T25	4T24	Δ%
Dívida Bruta	1.121.981	1.111.524	0,9%
Curto Prazo	65.770	17.202	282,3%
Longo Prazo	1.056.211	1.094.322	(3,5%)
Posição de Caixa	560.861	568.978	(1,4%)
Caixa e equivalentes de caixa	553.662	536.463	3,2%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	7.199	32.515	(77,9%)
Dívida Líquida	561.120	542.546	3,4%

1: Curto e Longo Prazo

No 1T25, a dívida bruta da Fernão Dias totalizou R\$ 1.122,0 milhões, uma variação positiva de 0,9% em relação ao valor registrado no 4T24.

A dívida líquida da Companhia finalizou o 1T25 em um montante de R\$ 561,1 milhões, um aumento de 3,4% em relação ao trimestre anterior.

Comentário do Desempenho

Aging da Dívida – março de 2025

No 1T25, 100% da dívida total da Companhia estava atrelada à 9ª Emissão de Debêntures, 100% indexada a IPCA.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
Investimentos	64.268	89.749	(28,4%)

Em 2024, a Companhia investiu R\$ 64,3 milhões, redução de 28,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre da execução de manutenção de pavimento.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	1.402.830
Recuperações/Manutenções	294.916
Total	1.697.746

*Base Monetária: março/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de março de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Fernão Dias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

Pouso Alegre, 15 de maio de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Luís da Silva
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	192.795	193.175	(0,2%)
Receitas de pedágio	139.742	125.804	11,1%
Receitas de obras	47.405	62.242	(23,8%)
Receita de reequilíbrio	-	-	-
Outras Receitas	5.648	5.129	10,1%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(12.389)	(11.119)	11,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	180.406	182.056	(0,9%)
CUSTOS E DESPESAS	(98.248)	(108.125)	(9,1%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(33.494)	(33.939)	(1,3%)
Custo dos serv. de construção	(47.405)	(62.242)	(23,8%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(7.881)	(6.422)	22,7%
Remuneração da administração	-	-	-
Despesas tributárias	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(9.850)	(5.958)	65,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	382	436	(12,4%)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
EBITDA	82.158	73.931	11,1%
Margem EBITDA	61,8%	61,7%	0,1 p.p.
DEPRECIações E AMORTIZAções	(49.467)	(44.899)	10,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(33.107)	(22.607)	46,4%
Receitas financeiras	17.368	19.413	(10,5%)
Despesas financeiras	(50.475)	(42.020)	20,1%
Variação cambial, líq.	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(416)	6.425	(106,5%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-
Corrente	-	-	-
Diferido	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(416)	6.425	(106,5%)

Comentário do Desempenho

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	1T25	4T24	Δ%
ATIVO	2.384.886	2.368.004	0,7%
CIRCULANTE	616.476	616.608	(0,0%)
Caixa e equivalentes de caixa	511.651	476.497	7,4%
Aplicações Financeiras	42.011	59.966	(29,9%)
Contas a receber	36.476	31.317	16,5%
Contas a receber - partes relacionadas	-	1	(100,0%)
Despesas antecipadas	2.524	3.418	(26,2%)
Impostos a recuperar	14.893	11.540	29,1%
Antecipação de IR e CS sobre lucros	283	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	5	4	25,0%
Aplicações financeiras vinculadas	7.199	32.515	(77,9%)
Outros créditos	1.434	1.350	6,2%
NÃO CIRCULANTE	1.768.410	1.751.396	1,0%
Adiantamento a fornecedor	13.785	13.785	0,0%
Despesas antecipadas	4.637	4.805	(3,5%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152.136	152.136	0,0%
Depósitos judiciais	17.692	17.694	(0,0%)
Outras contas a receber	1.614	1.223	32,0%
Direito de uso (IFRS 16)	20.658	12.422	66,3%
Imobilizado	6.498	6.949	(6,5%)
Intangível	1.551.390	1.542.382	0,6%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.384.886	2.368.004	0,7%
CIRCULANTE	178.607	220.656	(19,1%)
Debêntures	65.770	17.202	282,3%
Fornecedores	25.110	32.560	(22,9%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	10.046	13.430	(25,2%)
Obrigações sociais	10.945	9.739	12,4%
Obrigações fiscais	8.591	8.773	(2,1%)
Contar a pagar - partes relacionadas	3.649	6.599	(44,7%)
Cauções contratuais	15.816	15.202	4,0%
Taxa de fiscalização	1.746	1.698	2,8%
Provisão para manutenção em rodovias	27.142	31.040	(12,6%)
Provisão para investimentos em rodovias	-	77.946	(100,0%)
Outras contas a pagar	9.792	6.467	51,4%
NÃO CIRCULANTE	1.329.678	1.270.331	4,7%
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	127.630	124.000	2,9%
Debêntures	1.056.211	1.094.322	(3,5%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	11.975	517	2216,2%
Obrigações fiscais	7.786	7.146	9,0%
Provisão para manutenção em rodovias	35.765	34.420	3,9%
Provisão para investimentos em rodovias	87.756	5.864	1396,5%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.555	4.062	(37,1%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	876.601	877.017	(0,0%)
Capital social	1.733.585	1.733.585	0,0%
Reserva legal	(856.568)	(824.490)	3,9%
Reserva de lucros	(416)	(32.078)	(98,7%)

Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2025 e relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade” ou “Fernão Dias”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury-LLC, e a (iii) *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, o crescimento econômico do país não vem acompanhando nas mesmas proporções, gerando uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro do complemento da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R\$94.150 (efeito não caixa) foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível.

Para o período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade avaliou e concluiu que não houve necessidade de complemento da provisão já reconhecida. A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2025, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

Termos de Ajustes de Conduta - TAC com ANTT

No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

O valor de referência do TAC Multas é de R\$275.909, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destaca-se a realização de áreas de escapes em pontos críticos da rodovia, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, e melhorias de acessos e intersecções que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam que obras dessa natureza melhoram a fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego.

Com base nessas estimativas, a Sociedade realizou o estorno das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Notas Explicativas

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 5 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 31 de março de 2025, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Notas Explicativas

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Caixa e contas bancárias	3.732	2.728
Aplicações financeiras (a)	507.919	473.769
Total	511.651	476.497
<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Fundos de investimentos (b)	42.011	59.966
Total	42.011	59.966

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB, LFT e LF possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,44% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,65% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.03.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	32.670	-	28.867	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	331	-
Cartões de pedágio a receber (b)	101	-	129	-
Receitas acessórias a receber (c)	4.600	1.614	2.834	1.223
Outras receitas a receber	1	-	1	-
Provisão para perdas esperadas (d)	(896)	-	(845)	-
Total	36.476	1.614	31.317	1.223

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito e vale-pedágio.

(c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos e receitas acessórias judicializados.

(d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	<u>31.03.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Créditos a vencer	34.000	1.614	29.664	1.223
Créditos vencidos até 60 dias	961	-	230	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1.052	-	601	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	463	-	822	-
Créditos vencidos há mais de 181 dias	896	-	845	-
Total	37.372	1.614	32.162	1.223

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisa individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é como segue:

Notas Explicativas

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(416)	6.425
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	141	(2.185)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(97)	259
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(44)	1.926
Total	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	-	-
Diferido	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%

(*) Composição das bases de cálculo dos impostos demonstrada na tabela item 7.b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	557.879	544.899
Provisão de participação nos lucros	4.004	3.201
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	2.554	4.062
Outras provisões	836	1.267
Provisão para manutenção de rodovias	62.907	65.460
Amortização acumulada de obras futuras	42.530	41.285
Arrendamentos	1.363	1.525
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	368.225	379.854
Provisão para perdas esperadas	896	845
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(331)	(323)
Base de cálculo diferenças temporárias	<u>1.041.450</u>	<u>1.042.662</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>354.093</u>	<u>354.505</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	7.128	6.843
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	43.263	42.207
Base de cálculo diferenças temporárias	<u>(26.287)</u>	<u>(27.628)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(8.938)</u>	<u>(9.394)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>345.155</u>	<u>345.111</u>
Impostos diferidos não constituídos	193.019	192.975
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	<u>152.136</u>	<u>152.136</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do

Notas Explicativas

Produto Interno Bruto PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes - EBT*).

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	12.980	17.185
Provisão de participação nos lucros	803	569
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.508)	304
Outras provisões	(431)	(1.993)
Provisão para manutenção de rodovias	(2.553)	(11.813)
Amortização acumulada de obras futuras	1.245	1.422
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	285	(3.791)
Arrendamentos	(162)	1
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	(11.629)	(8.746)
Provisão para perdas esperadas	51	152
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.056	1.054
Amortização estorno de capitalização de juros	(8)	(8)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>129</u>	<u>(5.664)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>44</u>	<u>(1.926)</u>
Impostos diferidos não constituídos (*)	44	(1.926)
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) Impostos diferidos não constituídos em razão de evidências de não recuperabilidade mediante o teste de *impairment* realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 31 de março de 2025, o saldo é de R\$7.199 (R\$32.515 em 31 de dezembro de 2024), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 102,44% a.a. (104,24% a.a. em 31 de dezembro de 2024) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2024	21.273	3.777	2.497	31.911	107	394	59.959
Remensurações	613	-	-	-	-	-	613
Adições	-	12.931	-	-	-	-	12.931
Saldo em 31.03.2025	21.886	16.708	2.497	31.911	107	394	73.503
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2024	(17.155)	(3.558)	(1.921)	(24.488)	(88)	(327)	(47.537)
Amortização	(1.289)	(436)	(77)	(3.477)	(12)	(17)	(5.308)
Saldo em 31.03.2025	(18.444)	(3.994)	(1.998)	(27.965)	(100)	(344)	(52.845)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2024	4.118	219	576	7.423	19	67	12.422
Saldo em 31.03.2025	3.442	12.714	499	3.946	7	50	20.658
Taxas de amortização - a.a.	24%	10%	12%	44%	45%	17%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2023	21.273	3.550	1.348	30.627	62	394	57.254
Remensurações	-	-	36	141	-	-	177
Adições	-	-	-	3.479	-	-	3.479
Baixas	-	-	-	(3.887)	-	-	(3.887)
Saldo em 31.03.2024	21.273	3.550	1.384	30.360	62	394	57.023
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2023	(12.663)	(2.318)	(1.185)	(15.736)	(51)	(260)	(32.213)
Amortização	(1.123)	(308)	(22)	(3.332)	(8)	(17)	(4.810)
Baixas	-	-	-	3.887	-	-	3.887
Saldo em 31.03.2024	(13.786)	(2.626)	(1.207)	(15.181)	(59)	(277)	(33.136)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2023	8.610	1.232	163	14.891	11	134	25.041
Saldo em 31.03.2024	7.487	924	177	15.179	3	117	23.887
Taxas de amortização - a.a.	21%	35%	6%	39%	52%	17%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.

(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.

(c) Refere-se a locação de veículos administrativos.

(d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.

(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.

(f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas**10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO**

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2024	2.938	6.802	3.651	5.139	18.530
Alienações/baixas	-	-	(31)	(8)	(39)
Saldo em 31.03.2025	2.938	6.802	3.620	5.131	18.491
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2024	(2.106)	(4.233)	(2.059)	(3.183)	(11.581)
Depreciação	(17)	(222)	(66)	(142)	(447)
Alienações/baixas	-	-	30	5	35
Saldo em 31.03.2025	(2.123)	(4.455)	(2.095)	(3.320)	(11.993)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2024	832	2.569	1.592	1.956	6.949
Saldo em 31.03.2025	815	2.347	1.525	1.811	6.498
Taxas de depreciação - a.a.	10%	16%	11%	9%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2023	2.907	6.536	3.651	5.083	18.177
Transferências/reclassificações (*)	-	162	-	-	162
Saldo em 31.03.2024	2.907	6.698	3.651	5.083	18.339
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2023	(2.042)	(3.296)	(1.794)	(2.602)	(9.734)
Depreciação	(16)	(252)	(67)	(146)	(481)
Transferências/reclassificações	-	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31.03.2024	(2.058)	(3.549)	(1.861)	(2.748)	(10.216)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2023	865	3.240	1.857	2.481	8.443
Saldo em 31.03.2024	849	3.149	1.790	2.335	8.123
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2024	3.146.286	(448.005)	11.793	-	2.710.074	193.887	2.903.961
Adições	40.240	-	-	-	40.240	12.482	52.722
Transferências/reclassificações (d)	143.600	-	-	-	143.600	(143.600)	-
Alienações/baixas	(6)	-	-	-	(6)	-	(6)
Saldo em 31.03.2025	3.330.120	(448.005)	11.793	-	2.893.908	62.769	2.956.677
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(1.422.348)	68.151	(7.382)	-	(1.361.579)	-	(1.361.579)
Amortização	(54.879)	-	(462)	-	(55.341)	-	(55.341)
Alienações/baixas	4	-	-	-	4	-	4
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	-	11.629	-	-	11.629	-	11.629
Saldo em 31.03.2025	(1.477.223)	79.780	(7.844)	-	(1.405.287)	-	(1.405.287)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	1.723.938	(379.854)	4.411	-	1.348.495	193.887	1.542.382
Saldo em 31.03.2025	1.852.897	(368.225)	3.949	-	1.488.621	62.769	1.551.390
Taxas de amortização - a.a. (f)	6%	6%	17%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2023	2.604.459	-	9.888	-	2.614.347	132.545	2.746.892
Adições	48.727	-	64	-	48.791	10.943	59.734
Transferências/reclassificações (d)	(105)	-	-	-	(105)	(57)	(162)
Saldo em 31.03.2024	2.653.081	-	9.952	-	2.663.033	143.431	2.806.464
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(1.187.209)	-	(5.546)	-	(1.192.755)	-	(1.192.755)
Amortização	(47.900)	-	(454)	-	(48.354)	-	(48.354)
Transferências/reclassificações	1	-	-	-	1	-	1
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	-	8.746	-	-	8.746	-	8.746
Saldo em 31.03.2024	(1.235.108)	8.746	(6.000)	-	(1.232.362)	-	(1.232.362)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	1.417.250	-	4.342	-	1.421.592	132.545	1.554.137
Saldo em 31.03.2024	1.417.973	8.746	3.952	-	1.430.671	143.431	1.574.102
Taxas de amortização - a.a. (f)	6%	6%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (*impairment*)

(c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

(d) Saldo referente a reclassificação de intangível para imobilizado.

(e) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo de concessão.

(f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$1.656 (R\$3.601 em 31 de março de 2024) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação ao principal das dívidas, em 2025 foi de 0,55% a.a. e em 2024 foi de 1,25% a.a., do total de juros provisionados no período.

Teste de recuperabilidade de Ativos (*Impairment*)

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2024, de acordo com os requisitos do CPC 01.

Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2024 e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de um complemento da provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$94.150, em 31 de dezembro de 2024.

Para fins de 31 de março de 2025, a Administração da Sociedade avaliou se havia alguma indicação de que os ativos pudessem ter sofrido desvalorização e, concluiu que não há nenhum fator que indicasse que há necessidade de preparação de um novo teste no trimestre.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxa contratual	Vencimento	31.03.2025	31.12.2024
9ª emissão - Série única	1.000.000	IPCA+6,38% a.a.	set-31	1.140.700	1.130.957
				1.140.700	1.130.957
			Custo de transação	(18.719)	(19.433)
			Total	1.121.981	1.111.524
			Circulante	65.770	17.202
			Não circulante	1.056.211	1.094.322
			Total	1.121.981	1.111.524

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	20.098	1.110.859	1.130.957	18.623	1.058.585	1.077.208
Juros e variações monetárias provisionados	17.674	27.043	44.717	16.786	21.855	38.641
Pagamento de juros	(34.974)	-	(34.974)	(33.018)	-	(33.018)
Transferências	65.868	(65.868)	-	-	-	-
	68.666	1.072.034	1.140.700	2.391	1.080.440	1.082.831
Custo de transação	(2.896)	(15.823)	(18.719)	(2.391)	(19.224)	(21.615)
Saldo final	65.770	1.056.211	1.121.981	-	1.061.216	1.061.216

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
9ª emissão - Série única	14.09.2022	1.000.000	1.000	15.09.2022	1.000.000
		1.000.000			1.000.000

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

<u>Ano de vencimento</u>	
2026	88.754
2027	112.145
2028	154.655
2029	189.064
Após 2029	527.416
	1.072.034

As debêntures da 9ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As escrituras de emissão da 9ª emissão da Sociedade possuem as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos. Sendo as principais elencadas abaixo:

- a. Em qualquer trimestre, relação entre patrimônio líquido e ativo total da Emissora maior ou igual a 20% (vinte por cento) (“Relação PL/Ativo Total”);
- b. A Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5	-	entre 2022-2023
4,0	-	em 2024
3,5	-	em 2025
3,0	-	em 2026
2,5	-	em 2027
2,0	-	entre 2028-2029
1,0	-	entre 2030-2031

Onde: (i) considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações contábeis auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, considerar-se-ão como dívida; e (ii) considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas informações contábeis intermediárias a ser apresentado, pois em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 31 de março de 2025.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2025 o saldo no passivo circulante de R\$25.110 (R\$32.560 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$15.816 (R\$15.202 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas

O saldo de R\$13.785 (R\$13.785 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a adiantamentos a fornecedor classificado no ativo não circulante como parte do contrato das obras de terceira faixa da Rodovia BR381/SP com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.. Embora os adiantamentos tenham sido realizados para aplicação em obras, devido a rescisão dos contratos, o adiantamento foi classificado como contas a receber uma vez que esse valor não se converterá em serviços prestados. Os referidos valores estão suportados por apólices de seguro garantia contratual e a Sociedade já acionou as garantias para reaver o adiantamento.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	13.430	517	13.947	17.083	10.071	27.154
Remensurações	613	-	613	177	-	177
Adições	1.378	11.553	12.931	1.752	1.727	3.479
Utilizações (*)	(6.099)	-	(6.099)	(5.546)	-	(5.546)
Ajuste a valor presente - AVP	629	-	629	737	-	737
Transferências	95	(95)	-	4.578	(4.578)	-
	10.046	11.975	22.021	18.781	7.220	26.001

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$4.018 (R\$3.754 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	1.970
2027	1.862
2028	2.038
2029	2.362
Após 2029	3.743
	11.975

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2025 são respectivamente R\$101 e R\$464 para PIS e Cofins (R\$92 e R\$421, respectivamente, em 31 de março de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente e, para o período findo em 31 de março de 2025 a taxa média é de 11,94% a.a. (9,85% a.a. em 31 de março de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

Para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos são conforme demonstradas abaixo:

	31.03.2025		31.03.2024	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Veículos operacionais	-	36	-	9
Imóveis	-	17	-	26
Outros	-	53	-	24
	-	106	-	59

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro.

Notas Explicativas

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2025 e 2024, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Fluminense S.A. (a)	-	1
Contas a receber de partes relacionadas circulante	-	1
Total parte relacionada no ativo circulante	-	1
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	3.649	6.599
Total do passivo circulante	3.649	6.599
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	127.630	124.000
Total do passivo não circulante	127.630	124.000

<u>Passivos Circulante e Não Circulante</u>	<u>31.03.2025</u>			<u>31.03.2024</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	-	124.000	124.000	-	111.985	111.985
Juros provisionados	-	4.270	4.270	-	3.387	3.387
IR recuperar	-	(640)	(640)	-	(508)	(508)
Saldo final	-	127.630	127.630	-	114.864	114.864

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>31.03.2025</u>		<u>31.03.2024</u>	
	<u>Despesas financeiras (b)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Despesas financeiras (b)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(4.270)	(3.882)	(3.387)	(2.998)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Fluminense S.A.	-	-	-	68
ViaPaulista S.A.	17	-	-	-
Total	(4.253)	(3.882)	(3.387)	(2.930)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Decorrentes da 5ª e 8ª emissões de debêntures privadas série única e não conversíveis em ações, celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028.

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.03.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
			<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>
20.05.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	76.007	41.724	76.007	38.369
05.09.2022	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	2.399	7.500	2.123
			83.507	44.123	83.507	40.492
			127.630		124.000	

Notas Explicativas

No decorrer do período findo de 31 de março de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.057 (R\$796 em 31 de março de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluindo os encargos, dos quais R\$311 (não houve valores referente em 31 de março de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$746 (R\$796 em 31 de março de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$1.522 para o ano de 2025 (R\$814 para o ano de 2024).

Em relação as transações com partes relacionadas, elas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$4.004 e R\$3.201.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, regulatórios e fiscais durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	1.341	2.771	(2.077)	(620)	28	1.443
Trabalhistas	895	930	(260)	(701)	-	864
Regulatório	1.723	1.571	(1.566)	(1.571)	-	157
Fiscal	103	-	-	(16)	4	91
Total	4.062	5.272	(3.903)	(2.908)	32	2.555
	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2024
Cíveis	2.069	1.351	(371)	(870)	23	2.202
Trabalhistas	2.445	640	(213)	(244)	-	2.628
Regulatório	3.509	-	-	-	-	3.509
Fiscal	152	-	-	(15)	3	140
Total	8.175	1.991	(584)	(1.129)	26	8.479

Notas Explicativas

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Em razão da assinatura do TAC em 27 de dezembro de 2024, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade deduziu o montante de R\$3.509, referente aos processos regulatórios administrativos prováveis que foram objetos da negociação do TAC Multas.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

<u>Possíveis</u>	<u>31.03.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Cíveis	12.734	12.496
Trabalhistas	2.749	2.593
Ambiental	462	454
Regulatório	14.398	14.072
Total	30.343	29.615

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$17.692 em 31 de março de 2025 (R\$17.694 em 31 de dezembro de 2024) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,42% a.a. em 31 de março de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>		<u>Total</u>	
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2024	77.946	31.040	5.864	34.420	83.810	65.460
Adições/Reversões	-	3.248	3.661	6.602	3.661	9.850
Utilizações	-	(13.583)	-	-	-	(13.583)
Ajuste a valor presente	-	530	285	650	285	1.180
Transferências	(77.946)	5.907	77.946	(5.907)	-	-
Saldo em 31.03.2025	-	27.142	87.756	35.765	87.756	62.907

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>		<u>Total</u>	
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2023	90.124	49.065	-	39.899	90.124	88.964
Adições/Reversões	-	2.894	(6.333)	3.064	(6.333)	5.958
Utilizações	-	(18.894)	-	-	-	(18.894)
Ajuste a valor presente	376	607	(4.167)	516	(3.791)	1.123
Transferências	(71.074)	8.353	71.074	(8.353)	-	-
Saldo em 31.03.2024	19.426	42.025	60.574	35.126	80.000	77.151

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2025 referente às manutenções realizadas foram de R\$11.029 (R\$20.744 em 31 de março de 2024).

Notas Explicativas

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.733.585, composto por 2.962.381.424 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Receita de serviços prestados	139.742	125.804
Receita de serviços de construção	47.405	62.242
Outras receitas	5.648	5.129
Receita bruta	<u>192.795</u>	<u>193.175</u>
ISSQN	(6.987)	(6.290)
PIS	(944)	(851)
COFINS	(4.359)	(3.926)
Outras deduções	(99)	(52)
Receita líquida	<u>180.406</u>	<u>182.056</u>

Notas Explicativas

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Custos:		
Com pessoal	(10.240)	(9.586)
Serviços de terceiros	(6.679)	(8.045)
Conservação	(4.930)	(4.585)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(813)	(840)
Consumo	(1.338)	(1.564)
Transportes	(2.248)	(2.159)
Verba de fiscalização	(5.237)	(4.993)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(32)	(135)
Seguros / Garantias	(1.389)	(1.555)
Provisão de manutenção em rodovias	(9.850)	(5.958)
Custos de serviços da construção	(47.405)	(62.242)
Depreciação / Amortização	(48.958)	(44.460)
Outros	(588)	(477)
Total	<u>(139.707)</u>	<u>(146.599)</u>

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(4.448)	(3.142)
Serviços de terceiros	(642)	(742)
Manutenção de bens e conservação	(554)	(365)
Consumo	(217)	(278)
Transportes	(56)	(3)
Seguros/Garantias	(4)	(2)
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.369)	(1.407)
Comunicação e <i>marketing</i>	(35)	(53)
Indenizações à terceiros	(5)	(16)
Publicações legais	(2)	(13)
Depreciação / Amortização	(509)	(439)
Provisão para perdas esperadas	(51)	(418)
Outros	(498)	17
Total	<u>(8.390)</u>	<u>(6.861)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	17.063	14.428
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	-	4.571
Atualização de créditos fiscais	304	368
Outras receitas	1	46
Total	<u>17.368</u>	<u>19.413</u>

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(47.331)	(38.427)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(2.094)	(2.640)
Outras despesas	(1.050)	(953)
Total	<u>(50.475)</u>	<u>(42.020)</u>

(*) Do total dos juros de debêntures incorridos em 31 de março de 2025 no valor de R\$48.987 o montante de R\$1.656 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração de fluxo de caixa de investimento (R\$42.028 e R\$3.601 em 31 de março de 2024).

Notas Explicativas

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	52.722	59.734
Juros capitalizados - debêntures (a)	(1.656)	(3.601)
	<u>51.066</u>	<u>56.133</u>
Aquisição (adições)	(51.066)	(56.133)
Fornecedores	(4.587)	(6.380)
Obrigações fiscais	(789)	(1.381)
Contas a pagar - partes relacionadas	(1.019)	670
Cauções contratuais	561	552
Provisão para investimentos em rodovias	3.661	(6.333)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	<u>(53.239)</u>	<u>(69.005)</u>
Fluxo de Caixa Intangível	(53.239)	(69.005)
Total dos Fluxos de Caixa de Imobilizado e Intangível	<u>(53.239)</u>	<u>(69.005)</u>

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção

(2.173)	(12.872)
---------	----------

a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21.

23. (PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de (prejuízo) lucro por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) lucro do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o (prejuízo) lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do (prejuízo) lucro básico e diluído por ação.

	<u>31.03.2025</u>	<u>31.03.2024</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
(Prejuízo) lucro líquido do período	(416)	6.425
Número de ações durante período	2.962.381	2.962.381
(Prejuízo) lucro por ação	<u>(0,0001)</u>	<u>0,0022</u>

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	<u>31.03.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	511.651	511.651	476.497	476.497
Aplicação financeira	N/A	2	42.011	42.011	59.966	59.966
Contas a receber clientes	N/A	2	36.476	36.476	31.317	31.317
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	-	-	1	1
Adiantamento de fornecedores	N/A	2	13.790	13.790	13.789	13.789
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	7.199	7.199	32.515	32.515
Outros créditos	N/A	2	3.053	3.053	2.577	2.577
			<u>614.180</u>	<u>614.180</u>	<u>616.662</u>	<u>616.662</u>

Notas Explicativas

	Nível	Mensuração (*)	31.03.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Passivo						
Empréstimos partes relacionadas	N/A	2	127.630	127.630	124.000	124.000
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	3.649	3.649	6.599	6.599
Debêntures (a)	N/A	2	1.140.700	976.262	1.130.957	966.548
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	40.926	40.926	47.762	47.762
Taxa de fiscalização	N/A	2	1.746	1.746	1.698	1.698
Outras contas a pagar	N/A	2	9.792	9.792	6.467	6.467
			1.324.443	1.160.005	1.317.483	1.153.074

(a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de mútuos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,40%	15,50%	18,60%	9,30%
Receita de aplicações financeiras	763	954	1.145	572
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(17.261)	(21.257)	(25.253)	(13.265)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(16.498)	(20.303)	(24.108)	(12.693)
IPCA	4,50%	5,63%	6,75%	3,38%
Juros a incorrer - Debêntures	(125.356)	(138.784)	(152.213)	(111.928)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(125.356)	(138.784)	(152.213)	(111.928)
Juros a incorrer líquido	(141.854)	(159.087)	(176.321)	(124.621)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 01 de abril de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2025, a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$32.670 (R\$28.867 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

No período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$416.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais					
			Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	11,94%	22.021	24.033	3.903	13.357	2.602	4.171	-
Partes relacionadas	16,50%	127.630	127.630	-	-	-	127.630	-
Debêntures - IPCA (b)	11,30%	1.140.700	1.673.483	69.898	113.014	167.779	468.684	854.108
Fornecedores e cauções contratuais	-	40.926	40.926	25.110	15.816	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	3.649	3.649	3.649	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	9.792	9.792	9.792	-	-	-	-
		1.344.718	1.879.513	112.352	142.187	170.381	600.485	854.108

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valor bruto dos custos de transação.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de março de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	244.876

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2025 é de R\$64.466 (R\$52.287 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Fernão Dias S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Valores comparativos

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2024, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 9 de maio de 2024 e 26 de fevereiro de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 12 de maio de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Ricardo Luis da Silva - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Ricardo Luis da Silva - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia